

Sarney e Abi-Ackel debatem mudanças na Lei Falcão e voto distrital

# Sarney: Lei Falcão muda e poderá punir excessos

29 JUL 1982

O GLOBO

**BRASÍLIA (O GLOBO)** — O presidente do PDS, senador José Sarney, disse ontem que a idéia do senador Nilo Coelho, de que a nova legislação de propaganda no rádio e na televisão contenha dispositivos para punir os que se excederem, poderá ser aproveitada na reformulação da Lei Falcão. Negou, entretanto, que isto já tenha sido fixado, pois o problema está com o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, "e a posição do partido será a que ele decidir".

Sarney discutiu ontem com o ministro Abi-Ackel a reformulação da Lei Falcão e a situação do PDS nas campanhas estaduais. Segundo o senador, a "conferência de opiniões" apresentou balanço "proveitoso e otimista" da situação do partido. O PDS, segundo ele, "manterá sua maioria na Câmara dos Deputados, aumentará sua maioria no Senado e ganhará a maioria dos governos estaduais". Sarney não quis reproduzir o balanço, mas falando de dois Estados — Maranhão e Minas Gerais — disse que as perspectivas do partido são de vitória.

— A Lei Falcão vai ser reformulada para adaptar a legislação ao momento político que o País está vivendo — afirmou Sarney, desautorizando especulações em torno dos pedidos de manutenção da lei feitos por alguns políticos que temem, em momento de crise econômica, o confronto com os adversários.

O presidente do PDS disse que, na prática, o debate institucional pela televisão e rádio está ocorrendo em todo o País e

vem consagrando a abertura do presidente João Figueiredo" e "dando uma demonstração de maturidade política". Na sua opinião, o exemplo de redemocratização do Brasil é ainda mais avançado que o da Espanha, para iazer analogia com um outro país que saiu de um regime autoritário. É superior à abertura do rei Juan Carlos, porque no Brasil está ocorrendo sem violência e crise.

Sarney garantiu que a decisão do Governo de reformular a Lei Falcão não foi tomada para beneficiar o seu partido, mas para que a nova legislação sirva a todos os partidos que disputam este pleito. Reiterou que a posição do PDS já foi expressa em relatório que está na mesa do ministro Ibrahim Abi-Ackel. Esse relatório propõe em síntese, a divisão proporcional do tempo do TSE entre os partidos, de acordo com suas bancadas, e que a utilização deste tempo disponível seja decidida pelo próprio partido.

Segundo o presidente do PDS, o partido e o Governo sabem que é preciso definir as novas regras da utilização do rádio e da televisão "com a maior brevidade possível".

O senador José Sarney negou ontem que o Governo pretenda revogar a exigência de vinculação de votos entre os candidatos a diferentes cargos de um mesmo partido.

— A única informação que eu tenho é a de que a dona Ivete Vargas disse isto — afirmou Sarney, acrescentando que ele não recebeu qualquer informação do Governo nesse sentido.

Sarney disse que discutiu também o voto distrital com o ministro Ibrahim Abi-Ackel. O senador elogiou a decisão do Ministro de designar uma comissão de intelectuais, professores e juristas para propor uma regulamentação da lei.